



ORGANIZADORES

Carol Proner

Gisele Cittadino

Juliana Neuenschwander

Katarina Peixoto

Marilia Carvalho Guimarães

# A RESISTÊNCIA INTERNACIONAL AO GOLPE DE 2016

Projeto Editorial Praxis



INSTITUTO DEFESA DA  
CLASSE  
TRABALHADORA

**A RESISTÊNCIA  
INTERNACIONAL  
AO GOLPE DE 2016**

Copyright© Projeto Editorial Praxis, 2016

*Coordenador do Projeto Editorial Praxis*  
Prof. Dr. Giovanni Alves

*Conselho Editorial*

Prof. Dr. Giovanni Alves (UNESP)  
Prof. Dr. Ricardo Antunes (UNICAMP)  
Prof. Dr. José Meneleu Neto (UECE)  
Prof. Dr. André Vizzaccaro-Amaral (UEL)  
Profa. Dra. Vera Navarro (USP)  
Prof. Dr. Edilson Graciolli (UFU)

ORGANIZADORES

**Carol Proner**

**Gisele Cittadino**

**Juliana Neuenschwander**

**Katarina Peixoto**

**Marilia Carvalho Guimarães**

# A RESISTÊNCIA INTERNACIONAL AO GOLPE DE 2016



INSTITUTO DE FESADA  
CLASSE  
TRABALHADORA

Projeto Editorial Praxis

**canal6** editora

1ª edição 2016

Bauru, SP

*Ilustração da capa*

Detalhe de “Batalha do Avaí”, Pedro Américo (1872-1877)  
Escola Nacional de Belas Artes, RJ.

A11196 A resistência internacional ao golpe de 2016 / Carol Proner et al. (org).  
— Bauru: Canal 6, 2016.  
478 p. ; 23 cm. (Projeto Editorial Praxis)

ISBN 978-85-7917-378-3

1. Brasil - Direito constitucional. 2. Impeachment - Brasil.  
3. Responsabilidade administrativa - Brasil. I. Proner, Carol. II.  
Cittadino, Gisele. III. Magalhães, Juliana Neuenschwander. IV.  
Peixoto, Katarina. V. Guimarães, Marília Carvalho VI. Título.

CDD 341.25115

**Projeto Editorial Praxis**  
Free Press is Underground Press  
[www.canal6editora.com.br](http://www.canal6editora.com.br)

Impresso no Brasil/Printed in Brazil  
2016

# PREFÁCIO

---

Wilson Ramos Filho

O Golpe de estado ocorrido em 2016 no Brasil pode ser enfocado de várias maneiras, todas parciais e insuficientes, já que não houve tempo transcorrido para que uma das narrativas que disputam hegemonia prevaleça. No Golpe de 1930 a narrativa que se impôs silenciou as pretensões de memorização dos derrotados. No Golpe de 1964, por mais que os reacionários tentassem fazer vingar a tese da “revolução”, restou claro que foi um rele Golpe praticado pela elite contra o povo brasileiro apoiado por militares traidores. O Golpe atual é bastante mais complexo que os anteriores, com dimensões internas e desdobramentos internacionais.

As reflexões aqui compartilhadas tentarão demonstrar que no âmbito internacional fracassaram as tentativas de justificação da substituição do programa eleitoral vitorioso nas urnas pela proposta que foi derrotada em 2014. Antes, porém, cabe uma rapidíssima tentativa de explicação da estranha aliança de setores de classe interessados em derrotar o Partido dos Trabalhadores (PT) visando a afastar, por um golpe do judiciário e do legislativo, a Presidenta reeleita.

Na Assembleia Nacional Constituinte, principalmente no ano de 1988, assistimos a uma inaudita articulação parlamentar da Direita e da Extrema Direita contra o projeto que havia sido aprovado na Comissão de Sistematização, responsável por reunir em um único texto o que havia sido aprovado nas fases anteriores. O projeto de texto que seria levado ao plenário final continha elementos que pareciam heréticos ao medíocre empresariado brasileiro como estabilidade no emprego, semana de quarenta horas laborais, horas extras com adicional de 100%, entre outras medidas dignificadoras do trabalho prestado por conta alheia.

A Esquerda, com menos de trinta deputados, dezesseis dos quais eleitos pelo PT, conseguiu avanços importantes no debate constituinte e pareceu, por algumas semanas, que o Brasil fazia uma opção por ingressar na modernidade das relações de trabalho, que a dívida histórica acumulada desde 1964 poderia ser adequadamente resgatada. Em um parágrafo cabe lembrar alguns fatos.

No início dos anos sessenta, empresários retrógrados, latifundiários oligárquicos e setores médios do funcionalismo público, apoiados pelos meios de comunicação, pela OAB, por amplos setores do Judiciário e pela Igreja Católica, recrutaram nos militares autoritários e anticomunistas a força necessária para interromper o processo de conquistas de direitos por parte da classe trabalhadora (o décimo terceiro salário, como emblemático). Deram o Golpe para atingir os direitos dos trabalhadores. Entre as primeiras medidas dos golpistas figuraram exatamente o fim da estabilidade no emprego (com a invenção do FGTS) e a contenção da massa salarial, proibindo-se as greves, afastando-se dirigentes dos sindicatos que se opunham à ruptura institucional, e impedindo-se a concessão de reajustes salariais por parte da Justiça do Trabalho. Seguiram-se mais de duas décadas de concentração de rendas nas elites econômicas, de arrocho salarial e de repressão aos movimentos contestatórios das iniquidades do regime. Com o passar do tempo os funcionários públicos, os setores de classe média e a OAB que haviam apoiado o Golpe de 1964 deram-se conta que “pagavam o pato”, que somente os empresários haviam sido beneficiados com a quebra da ordem democrática, acelerando o final da ditadura com a aprovação de uma nova Constituição para o Brasil.

Em 1988, contra o texto aprovado na Comissão de Sistematização, o que havia de pior na sociedade brasileira se rearticulou na Assembleia Nacional Constituinte em torno do que ficou conhecido como “Centrão” (a congregar deputados e senadores liberais, de Direita e de Extrema Direita) que, de modo eficaz, logrou extirpar da proposta de Constituição a maioria dos avanços obtidos nas fases anteriores: a estabilidade haveria de ser regulamentada por Lei Complementar, a carga horária semanal baixaria de 48 para 44 horas semanais, sem chegar as almejadas 40 horas, como exemplos de retrocessos em relação ao projeto original. Assim procedendo, o Centrão foi o real criador da Constituição de 1988, mais tarde miticamente apresentada como “avançada”, visando à diminuição das desigualdades sociais, sem que na realidade nada justificasse tamanho otimismo hermenêutico.

O mito de que teríamos no Brasil uma Constituição “emancipatória”, “dirigente”, a orientar agentes públicos na construção de suas políticas e a limitar eventuais tentativas de retrocesso social, foi paulatinamente implantado no imaginário jurídico brasileiro, como resultado de bem-intencionados constitucionalistas. Os juristas de esquerda, registre-se, nunca acreditaram nesta construção ilusória, mas preferiram taticamente não desvelar o caráter ideológico de tal elaboração teórica. Considerou-se melhor deixar que juízes, promotores, procuradores, políticos e técnicos da administração pública acreditassem na fantasia construída por constitucionalistas de renome,

na esperança de que, desavisados, não se dessem conta do exagerado poder que a Constituição Federal assegurou à magistratura e ao Ministério Público.

O movimento inercial que conduziu ao final da ditadura, agora já com uma nova Constituição que em seus artigos primeiro e quarto prometia ao Brasil incontornável futuro em cânones socialdemocratas, levou a uma pluralidade de candidaturas presidenciais no primeiro turno das eleições de 1989. Dois projetos políticos distintos, representando interesses de classe opostos e irreconciliáveis, se defrontaram no segundo turno daquelas eleições. Como em 1964, como na Constituinte, os setores reacionários, com apoio na mídia e com financiamento empresarial, fizeram prevalecer a proposta neoliberal que se contrapunha ao projeto popular representado pela candidatura do Partido dos Trabalhadores.

Açodados, os neoliberais com Collor de Melo foram vorazes e já naquela época evidenciaram que a “Constituição Cidadã” não limitava ou constringia a volúpia do capital. Houve renhida resistência que culminou com a deslegitimação do governo eleito, para tristeza do empresariado. Haviam feito tanto esforço para evitar a chegada do PT ao governo e agora o “*impeachment*” de Collor parecia inevitável. Novo rearranjo de forças permitiu uma saída negociada, sob a chancela do STF: o vice-presidente Itamar Franco, um quadro político que havia saído do PMDB, terminaria o mandato de cinco anos, com uma aliança de partidos conservadores com o PSDB e alguns trânsfugas da esquerda, como Luíza Erundina, que havia sido prefeita eleita em São Paulo pelo PT e que agora aderira aos neoliberais.

Na época, todas as pesquisas eleitorais davam como certa a eleição de Lula nas presidenciais de 1994. Ainda uma vez a Direita se articulou para impedir a chegada da Esquerda, pelas urnas, ao governo. Foi eleito Fernando Henrique Cardoso, na esteira de um plano de estabilidade econômica, e reeleito quatro anos depois. Em todos esses anos, todavia, o movimento popular e sindical se manteve ativo e atuante, resistindo aos projetos de “reforma trabalhista” que pretendiam “enterrar o getulismo” como verbalizou o presidente da república à época.

Derrotado em 1989, 1994 e 1998 o projeto de esquerda só chegou ao governo em 2002, com a eleição de Lula tendo por vice um industrial, fiador da proposta de um governo de coalizão. Um governo que permitisse uma maior distribuição de renda, explicitada em uma “Carta aos Brasileiros”, muito criticada à época por uma parcela radicalizada da pequeno-burguesia acadêmica e universitária. Por conta da arquitetura institucional criada pela Constituição de 1988, contudo, para conseguir governar e aprovar os projetos para os quais havia sido eleito, a coalizão de partidos políticos liderada pelo PT fez concessões, algumas certamente desnecessárias e exageradas, cabendo registrar a adoção de práticas políticas até então repudiadas pelo PT, seja



aprovando algumas medidas de interesse de parcelas do empresariado, seja cedendo cargos em ministérios e em estatais a representantes das antigas oligarquias com práticas deploráveis, seja, maior equívoco, financiando com recursos não contabilizados (caixa 2) partidos políticos da base parlamentar aliada, no episódio memorizado pela imprensa como “mensalão”.

A Direita derrotada em 2002 tentou por mais três vezes voltar ao governo. Em 2006 e em 2010 com um discurso ameno, quase socialdemocrata, prometendo que não mexeria nas políticas públicas de distribuição de renda. Em 2014, todavia, a Direita muda de postura e se apresenta com dois candidatos fortes (Aécio e Marina) que se uniram no segundo turno das eleições presidenciais. Derrotada novamente, a Direita desta vez resolveu abandonar as aparências e passou a defender abertamente uma ruptura institucional, um Golpe parlamentar travestido de legalidade, pois antevia nova derrota eleitoral em 2018, com a volta de Lula à Presidência da República.

Como em 1964, como em 1988, como em 1994, como em tantas outras oportunidades na história brasileira, formou-se uma ampla aliança entre os setores reacionários da sociedade para sustentar um fraudulento processo de *impeachment* da Presidenta, sem que a mesma houvesse praticado nenhum “crime de responsabilidade”. O STF, órgão de cúpula do Judiciário, que poderia ter interrompido o processo, por incabível, acovardado e constrangido pelas empresas proprietárias de veículos de comunicação de massa, acabou chancelando e legitimando a sórdida iniciativa parlamentar. De outra parte, mediante arbitrariedades judiciárias diversas, um processo judicial que apurava corrupção na estatal Petrobras foi instrumentalizado para fazer parecer que toda a corrupção seria obra do Partido dos Trabalhadores, da Presidenta e dos parlamentares de outros partidos que a apoiavam. As investigações levaram à constatação de que centenas de parlamentares estavam diretamente envolvidos na corrupção, capitaneados por um escroque, Eduardo Cunha. Para tentar “evitar o mal maior”, exposição generalizada de corruptos deputados e senadores que representam os interesses do empresariado e dos setores mais atrasados da plural sociedade brasileira, trezentos e poucos deputados picaretas deram início ao processo de *impeachment* da Presidenta, expressando a vontade de diferentes estamentos sociais, alguns dos quais mencionados a seguir.

Como seria de se esperar o medíocre empresariado brasileiro se apressou em defender o Golpe com o sincero bordão “não vou pagar o pato”. As políticas públicas dos governos liderados pelo PT, ao ampliarem a distribuição de renda, promoveram o que Keynes chamava de “círculo virtuoso”: mais dinheiro para o consumo, mais vendas no comércio, mais pedidos para a indústria e para a agropecuária, mais empregos, mais renda para os trabalhadores que passam a consumir produtos aos quais até então

não tinham acesso. Com mais renda para a classe trabalhadora e com o quase pleno-emprego, os trabalhadores foram empoderados, já não aceitavam qualquer salário, passaram a exigir melhores condições de trabalho. Obviamente esse acréscimo de renda para os trabalhadores teria que em parte sair das margens de lucro dos empresários (quase obscenas em alguns setores da economia). De fato, os empresários estavam “pagando o pato”, tendo menos lucros, embora estes fossem mais do que satisfatórios se comparados com as margens auferidas pelos empregadores em outros países capitalistas.

As oligarquias políticas que sempre se beneficiaram dos favores do Estado e que se mantinham no poder por mecanismos diversos de “compra de votos” ou de assalariamento de “cabos eleitorais” também tinham motivos para querer derrubar o governo. As políticas públicas de aumento progressivo do salário mínimo e de estabelecimento de pisos salariais em valores superiores ao mínimo, os mecanismos de transferência de renda (dos quais a Bolsa-Família é elemento icônico), entre outras políticas públicas, permitiram aos setores mais pobres uma maior autonomia no momento da escolha em quem votar. Nos últimos 12 anos muitas oligarquias perderam poder exatamente pela ineficácia de seus métodos de constrangimento eleitoral. E isso desagradava enormemente amplos setores da Direita.

Essas mesmas políticas de distribuição de renda, juntamente com políticas de combate à discriminação, principalmente as de gênero, de orientação sexual e as raciais, debilitaram o apoio ao governo junto a diversos grupos religiosos reacionários e conservadores, muitos deles evangélicos. Muitos intérpretes do sagrado passaram a utilizar-se de seus cultos, missas e cerimônias para atacar as políticas governamentais voltadas a homossexuais, mulheres, negros, deficientes, aos muito pobres, aos usuários de drogas entre outros coletivos marginalizados.

O apoio das classes médias tradicionais, formadas por funcionários públicos, por profissionais liberais, por pequenos comerciantes, prestadores de serviços ou artesãos também foi progressivamente sendo erodido por vários motivos. Três grupos de motivos merecem destaque: a política educacional do governo, o reconhecimento de direitos aos empregados domésticos e a “invasão” dos espaços públicos historicamente destinados à classe média por uma “gente diferenciada”. As cotas nas universidades públicas, na exata medida em que possibilitaram aos pobres pardos, negros e indígenas o acesso a cursos superiores, foram experimentadas pelas famílias tradicionais como políticas que “tiravam as vagas de seus filhos”. Muito embora as Universidades públicas tenham duplicado o número de vagas no período, os eventuais insucessos de jovens de classe média nos vestibulares foi atribuído às “propostas antimeritocratas do PT”. Demais disso, com os programas governamentais de compra de vagas nas instituições de ensino

privadas destinadas aos pobres (PROUNI e PRONATEC) e com o FIES, financiamento estudantil para quem quer estudar e não conta com patrocínio familiar, milhares de pessoas pobres, negras, mestiças, gente que precisa trabalhar para viver, puderam ter acesso a cursos superiores, técnicos e tecnológicos. Todo esse contingente populacional de “ascendentes sociais” passou a disputar vagas no mercado de trabalho e nos concursos públicos, com os filhos de famílias das classes médias tradicionais. Para muitos, a cada fracasso dos seus, essas “políticas igualitaristas petistas” passaram a ser intoleráveis, expressão de um bolivarianismo a ser estigmatizado e combatido.

Políticas públicas como Mais-Médicos, a contratação de doze mil profissionais estrangeiros para trabalharem no interior do país onde médicos brasileiros não admitiam atender, serve também como exemplo de como decisões governamentais podem desagradar profundamente setores até então acostumados à reserva de mercado. Além destas, outras, como as políticas de contenção do déficit público, contingenciando e postergando reajustes salariais de funcionários públicos também contribuíram para que outros setores médios da sociedade passassem a se opor ao PT e ao Governo Dilma.

No âmbito residencial, desde tempos imemoriais, essas famílias de classe média sempre contaram com empregados domésticos para os serviços de limpeza e de cozinha. Os mais bem remunerados neste extrato social podiam ainda contar com diaristas, motoristas e uns poucos ainda com piscineiros, jardineiros, chacareiros, entre outros. Quanto maior o número de “secretários” maior o prestígio social das famílias de classe média tradicional. Para que mulheres de classe média pudessem trabalhar, na iniciativa privada ou no setor público, sempre foi naturalizada a existência de babás e empregadas às quais terceirizavam a educação de seus filhos menores. Os governos petistas, ao ampliarem as ofertas de empregos nos setores de comércio e prestação de serviços, acabaram por ampliar a concorrência, às vezes por intermédio de ferozes disputas por bons empregados domésticos, seja lá o que isso queira significar. Mas a gota-d’água que mobilizou as senhoras de classe média foi a iniciativa do Governo Dilma em reconhecer direitos para os domésticos muito similares aos já assegurados há mais de setenta anos aos demais trabalhadores. Muito embora jamais venham a admitir, um considerável contingente das “dondocas paneleiras” que desde varandas de classe média protestaram contra o PT teve por motivação profunda essa “inversão de valores” que em muitos casos conduziu a que certas famílias tivessem que assumir algumas tarefas domésticas, “porque ficou caro demais ter empregadas”.

Para finalizar esta linha argumentativa que elenca alguns dentre os principais motivos para “o PT perder a classe média”, cabe referência a alguns espaços públicos invadidos. Faz-se referência à presença de pobres “e ascendentes” em aeroportos, em

alguns shopping centers, que acabaram ficando muito “populares, lotados de gente”, em parques públicos com músicas altas de gosto duvidoso”, em salas de cinema e em restaurantes tradicionais “sempre muito ruidosos” e, “mal maior”, em clubes, nas repartições públicas com colegas e nas empresas “até como superiores hierárquicos” de tradicionais integrantes da classe média tradicional.

Com a crescente oposição dos empresários (que não queriam pagar o pato com a diminuição de seus lucros), das oligarquias tradicionais e das igrejas que sempre dependeram da existência de pobres para o exercício do poder, de setores crescentes das classes médias tradicionais, a legitimidade política do Partido dos Trabalhadores e dos governos por ele liderados debilitou progressivamente sua governabilidade. Quando o Golpe começou, já eram milhares os que acriticamente apoiavam a ruptura institucional.

Antes de focar a dimensão internacional da crise que atinge vários partidos de esquerda no poder em distintos países, três outros elementos de análise devem ser, ainda que rapidamente, convocados a nos auxiliar na reflexão.

Setores que já integraram o PT ou governos de coalizão nos âmbitos federal, estadual e municipal, por motivos diversos, passaram a hostilizar o petismo e os petistas. Faz-se referência a dois grupos principais: o de partidos pautados pelas reivindicações de funcionários públicos (PSTU) ou de reconhecimentos identitários e de liberdades individuais de escolha (PSOL), e ao grupo de ex-petistas ressentidos, atualmente próceres da oposição, nomeadamente Marina Silva, Marta Suplicy e Cristovam Buarque, que se posicionam na atualidade à direita no espectro político-eleitoral. Esses dois grupos, aliados táticos no desiderato de destruir o PT, têm tido resultados importantes em alguns setores sociais pequeno-burgueses, facilitando a aceitação do Golpe por muitos que, por tradição democrática ou por interesses corporativos, a ele deveriam resistir.

De outra parte, a naturalização de práticas de financiamento empresarial de campanhas, e a ausência de mecanismos internos de controle e de repressão a práticas de corrupção nos partidos de esquerda, deram fôlego para iniciativas moralistas que tentam atribuir exclusivamente ao Partido dos Trabalhadores e ao governo deposto pelo Golpe a origem de todos os males e o monopólio das práticas condenáveis comuns à quase totalidade dos partidos políticos brasileiros, no “presidencialismo de coalizão” criado pela Constituição de 1988.

Para finalizar os elementos que priorizamos em nossa análise, um tema difícil que de certa forma já está presente nos tópicos anteriormente lembrados. A composição classista do Poder Judiciário brasileiro, principalmente, depois de 1988. Se é verdade que o Judiciário brasileiro sempre se caracterizou historicamente por ser conservador, reacionário mesmo, na atualidade algumas peculiaridades podem ser, ainda

que rapidamente, evidenciadas. Na vigência da Constituição atual o recrutamento de juizes, promotores e procuradores se dá por intermédio de concursos públicos de difícil acesso, muito concorridos. Apenas por exceção são aprovados candidatos que precisavam trabalhar, ganhar a vida, enquanto estudavam para prestar os respectivos concursos. Majoritariamente os aprovados na última década e meia puderam ficar alguns anos só “estudando para concurso”. Aprovados por méritos próprios, depois de árduos meses ou anos de dedicados treinamentos específicos, alguns destes agentes públicos (não todos, alguns) passam a sobrevalorizar o mérito e o esforço individuais. Poucos dentre estes acabam por se considerar messianicamente destinados a transformar a realidade segundo seus critérios e valores. A seletividade que caracteriza as atividades de alguns desses agentes públicos na área jurídica, perseguindo somente o PT e os filiados a esse partido, omitindo-se no tratamento isonômico a envolvidos em corrupção que sejam filiados a partidos que representam interesses das classes economicamente dominantes, constitui-se em elemento nada desprezível para a compreensão das múltiplas facetas do Golpe de Estado de 2016 no Brasil. Adende-se a isso a leniência do órgão de cúpula do Judiciário em relação a muitas das arbitrariedades judiciárias cometidas nas instâncias inferiores e se compreenderá que alguma razão parecem ter aqueles que situam o STF no centro das articulações golpistas.

Feita a análise acima, volta-se ao tema da dimensão internacional do Golpe. Como referido inicialmente, a ruptura institucional no Brasil não pode ser considerada um “ponto fora da curva” para homenagear um importante personagem sem quem este Golpe não seria possível. A Direita se fortalece em vários países e regiões.

Há uma década parecia que a América do Sul havia se transformado em paradigma de inclusão democrática para os demais subcontinentes. Falava-se, com aparente exagero, em “novo constitucionalismo sul-americano” quando se referia à coincidência histórica de governos progressistas, distribuidores de renda e das possibilidades de acesso a bens e a poder social na Argentina (Kirchner), no Uruguai (Tabaré e Mujica), no Paraguai (Lugo), no Chile (Bachelet), na Bolívia (Morales), no Equador (Correas), na Venezuela (Chavez e Maduro) e no Brasil (Lula e Dilma). Como exceções, apenas Peru e Colômbia, já que as Guianas sempre foram consideradas, pelas relações internacionais e pelo Direito como “Caribe”. Tais experiências de dar voz aos excluídos e de distribuir renda tiveram influência em Honduras, em El Salvador, na Nicarágua e motivaram reivindicações semelhantes nas eleições da Guatemala e do México. Hoje o panorama é muito distinto. A Direita chegou ao governo na Argentina e, mediante “golpes brancos” na feliz conceituação de Carol Proner, no Paraguai pós-Lugo, em Honduras, pós-Zelaya, e no Brasil com o Golpe de 2016.

Nos EUA, a Direita nunca esteve tão forte com as candidaturas do reacionário radical, Trump, e da nem tanto, Clinton, preterindo a possibilidade de Sanders representar setores de centro e liberais, no sentido estadunidense do termo.

Na Europa, o pensamento xenófobo está na base do crescimento do ideário de Direita em vários países, no Brexit e nas políticas impostas pela Troika na Grécia e em Portugal, entre outros países.

No Oriente Médio, a irracionalidade capitalista fomenta guerras nas quais não cabem discussões sobre valores de Esquerda. No sudeste asiático e na África, lamentando, impende constatar que a oposição binária entre Esquerda e Direita parece anacrônica e distópica. Na Ásia a situação é ainda mais complexa se consideradas as vicissitudes experimentadas por países saídos diretamente da tutela soviética para economias de mercado e da China, e seus satélites, mediante a combinação de super-exploração com autoritarismo estatal. Na Oceania, berço de ideais socialistas há um século, parece que definitivamente o fascismo teima em ressurgir com distintas roupagens.

Houve um Golpe no Brasil. O *impeachment* da Presidenta sem que a mesma tenha cometido qualquer crime de responsabilidade foi uma farsa praticada por um Parlamento corrupto e acobertada pelo Judiciário. Foi um Golpe, como o de 1964, contra a classe trabalhadora, como se percebe pelas primeiras medidas do governo golpista. O mundo percebeu isso. Ainda que derrotada pela bizarra aliança que busca legitimar o Golpe, a esquerda venceu quanto à memorização dos fatos, sua narrativa prevaleceu e será cruel para a biografia dos golpistas.

Em muitos países e em todos os continentes os valores igualitaristas, solidários, respeitadores da diversidade e dos Direitos Humanos estão sendo socialmente questionados. Aparentemente vivemos um retorno a valores individualistas, meritocratas, racistas, eurocentristas e exclusivistas em cada um dos continentes. Se na primeira década deste século se aludia a um “novo constitucionalismo emancipador” e promotor da igualdade, hoje se alude a um não-constitucionalismo, onde o “Direito diz o que o Juiz diz que o Direito diz”. Na mesma medida em que os pastores dizem o que a bíblia diz, que o ISIS (Estado Islâmico do Iraque e da Síria, por sua sigla em inglês) diz o que o Alcorão quer dizer, o Direito é o que o juiz acha que é, e o Supremo Tribunal Federal referenda esta Nova Teoria do Direito (que não é nem nova nem teoria, mera técnica de dotar a Constituição de uma inequívoca “vontade”, já invocada por Carl Schimdt, o jurista do Reich). Nestes novos tempos em que a vontade dos magistrados se sobrepõe à dos eleitores, o papel da doutrina constitucional resta minimizada.

O Direito, tal como entendido logo após a promulgação da atual Constituição, já não é o que costumava ser. Aquele Direito de regras e princípios, de limites, de freios

e contrapesos, já não existe mais. Morreu, de morte matada, e não apenas no Brasil, como se pode verificar pela ascensão do ideário direitista em muitos países.

De outra parte, e esse livro é a evidência do que será dito a seguir, nunca um Golpe de estado, ainda que brando, branco, parlamentar e judiciário, sem a presença de armas, foi tão denunciado internacionalmente. A melhor parcela da intelectualidade de diversos países, inúmeros veículos de comunicação em editoriais e em artigos de opinião denunciam, expõem, desnudam o Golpe de 2016 no Brasil. O “Fora Temer” entoado aos milhares durante as olimpíadas não se constitui em fato isolado. Antes, se inserem no processo de resistência internacional em face da barbárie capitalista e neoliberal inspirada em valores antagônicos àqueles eleitos pelo último sufrágio brasileiro e professados pelo governo deposto pelo golpismo brasileiro.

Shanghai, 14 de agosto de 2016

# SUMÁRIO

---

<b>PREFÁCIO</b> .....	5
<i>Wilson Ramos Filho</i>	
<b>APRESENTAÇÃO</b> .....	23
<i>Carol Proner</i>	
<b>O TEMPO DE DILMA ROUSSEFF: A RAZÃO POR QUE RESISTIMOS</b> .....	27
<i>Katarina Peixoto</i>	
<b>MENSAGEM DA PRESIDENTA DA REPÚBLICA DILMA ROUSSEFF AO SENADO FEDERAL E AO POVO BRASILEIRO</b> .....	33
<i>Dilma Rousseff (Carta)</i>	
<b>A DEFESA JURÍDICA E POLÍTICA CONTRA O GOLPE NO BRASIL</b> .....	37
<i>José Eduardo Cardozo</i>	
<b>SENTENÇA DO TRIBUNAL INTERNACIONAL PELA DEMOCRACIA NO BRASIL</b> .....	55
<b>PETICIÓN Y SOLICITUD DE MEDIDAS CAUTELARES A FAVOR DE LA CIUDADANA PRESIDENTA DE BRASIL, SRA. DILMA VANA ROUSSEFF, JUNTO À COMISSÃO INTERAMERICANA DE DIREITOS HUMANOS (RESUMEN EJECUTIVO)</b> .....	65
<i>Petição assinada pelos Deputados Wadih Damous, Paulo Teixeira e Paulo Pimenta</i>	
<b>ARTIGOS, ENTREVISTAS E MANIFESTOS</b>	
<b>1. GOLPE NO BRASIL É PARTE DE UM PROJETO DE RECOLONIZAÇÃO DA AMÉRICA LATINA</b> .....	75
<i>Adolfo Perez Esquivel (entrevista)</i>	
<b>2. SOBRE EL IMPEACHMENT A DILMA ROUSSEFF</b> .....	82
<i>Amílcar Salas Oroño Camila Vollenweider</i>	
<b>3. CINCO PROPOSTAS PARA UM BRASIL MAIS DEMOCRÁTICO, MAIS JUSTO E MAIS SOLIDÁRIO!</b> .....	90
<i>André Gonçalo Dias Pereira</i>	
<b>4. O ESFACELAMENTO DE UM PAÍS</b> .....	93
<i>Andreas Novy</i>	



5.	<b>EXCEPCIONALIDADE POLÍTICA E NEOLIBERALISMO: EUROPA E BRASIL . . . .</b>	<b>97</b>
	<i>Antonio Baylos</i>	
6.	<b>A COISA AÍ ESTÁ FEIA, PÁ.....</b>	<b>103</b>
	<i>António José Avelãs Nunes</i>	
7.	<b>MOTIVACIÓN DEL VOTO EN LA SENTENCIA DEL TRIBUNAL INTERNACIONAL PARA LA DEMOCRACIA EN BRASIL .....</b>	<b>108</b>
	<i>Alberto Filippi</i>	
8.	<b>A IMPLOÇÃO DA “NOVA REPÚBLICA” BRASILEIRA.....</b>	<b>112</b>
	<i>Armelle Enders</i>	
9.	<b>SALTO AL PODER EN BRASIL.....</b>	<b>116</b>
	<i>Atilio A. Boron</i>	
10.	<b>FROM HONDURAS TO BRAZIL, THE COUPS MUST BE STOPPED!.....</b>	<b>119</b>
	<i>Azadeh N. Shahshahani</i>	
11.	<b>¿IMPEACHMENT O GOLPE? .....</b>	<b>123</b>
	<i>Baltasar Garzon Real</i>	
12.	<b>O ASSALTO AO PODER DA TRÍPLICE ALIANÇA .....</b>	<b>128</b>
	<i>Bernardo Kucinski</i>	
13.	<b>THE POWER-GRAB BY THE TRIPLE ALLIANCE (REFLECTIONS ON THE COUP) .....</b>	<b>131</b>
	<i>Bernardo Kucinski</i>	
14.	<b>BERNIE SANDERS CONDENA GOLPE E DEFENDE RESPEITO À DEMOCRACIA NO BRASIL .....</b>	<b>135</b>
	<i>Bernie Sanders (declaração)</i>	
15.	<b>EU RESPEITO O PROCESSO DEMOCRÁTICO .....</b>	<b>138</b>
	<i>Bethania Barry</i>	
16.	<b>CONTRA O GOLPE PARLAMENTAR NO BRASIL .....</b>	<b>141</b>
	<i>Boaventura de Sousa Santos (entrevista)</i>	
17.	<b>ESSE BRASIL QUE RESISTE: O GOLPE A INSURGÊNCIA DAS REVOLUÇÕES PEREGRINAS.....</b>	<b>151</b>
	<i>Bruno Sena Martins</i>	
18.	<b>INSTITUIÇÕES E GOVERNOS DA AMÉRICA LATINA CONTRA O GOLPE NO BRASIL .....</b>	<b>155</b>
	<i>Carol Proner</i> <i>Gisele Cittadino</i>	
19.	<b>GOLPE BRANCO NO BRASIL .....</b>	<b>158</b>
	<i>Carol Proner</i>	

20.	CLÁUSULAS DEMOCRÁTICAS PARA RESISTIR AO GOLPE.....	163
	<i>Charlotth Back</i>	
	<i>Carol Proner</i>	
21.	COMUNICADO DO SECRETÁRIO EXECUTIVO DO CLACSO .....	167
	<i>Pablo Gentili</i>	
22.	A VERY BRAZILIAN COUP .....	170
	<i>Costas Douzinas</i>	
23.	NAO VAI TER GOLPE, VAI TER LUTA .....	173
	<i>Edileny Tomé da Mata</i>	
24.	NÃO AO GOLPE NO BRASIL.....	176
	<i>Enrique Cabero Morán</i>	
	<i>Marcelo Ribeiro Uchôa</i>	
25.	TEMPOS DE DESASSOSSEGO .....	178
	<i>Eric Nepomuceno</i>	
26.	A LUTA É DE TODOS NÓS.....	183
	<i>Esther Solano Gallego</i>	
27.	REFLEXIONES SOBRE LOS NUEVOS DISCURSOS NEOLIBERALES. EL CERTIFICADO DE DEFUNCIÓN DE LAS POLÍTICAS DE ESTADO .....	187
	<i>Fabiana Rousseaux</i>	
28.	PODER NO BRASIL DE CASTAS, CLÁS E OLIGARCAS DE DINASTIAS.....	190
	<i>Fernando Nogueira da Costa</i>	
29.	ERA UMA VEZ UM GOLPE.....	197
	<i>Flávio Aguiar</i>	
30.	UNIDAD, PROGRAMA POLÍTICO COMÚN E INTEGRACIÓN, CLAVES DE NUESTRO TRIUNFO Y DE NUESTRO FUTURO .....	200
	<i>Francisco Delgado (Entrevista realizada por Katu Arkonada)</i>	
31.	BRASIL: UM GOLPE DE ESTADO EM TRANSMISSÃO DIRETA .....	208
	<i>Francisco Louçã</i>	
32.	COMUNICACIÓN, DEMOCRACIA Y CORONELISMO ELECTRÓNICO EN BRASIL .....	213
	<i>Francisco Sierra Caballero</i>	
33.	AMÉRICA LATINA SOFRE SOB O JUGO DO CAPITAL .....	216
	<i>François Houtart</i>	
34.	PARA LUTAR PELA CONSTITUIÇÃO DE 1988!.....	221
	<i>Friedrich Müller</i>	

35.	<b>DEMOCRACIA Y PUEBLO ENTRE DERECHO Y POLÍTICA. EL APORTE TEÓRICO DE ERNESTO LACLAU</b> .....	225
	<i>Giacomo Marramao</i>	
36.	<b>O GRANDE ASSALTO AO FUNDO PÚBLICO NO BRASIL</b> .....	231
	<i>Giovanni Alves</i>	
37.	<b>UM GOLPE DOS DONOS DE ESCRAVOS NO BRASIL?</b> .....	238
	<i>Greg Grandin</i>	
38.	<b>SOBRE EL ARTE DEL SUICIDIO COLECTIVO CUANDO LO QUE ESTÁ EN JUEGO ES “TODO”</b> .....	241
	<i>Héctor Olasolo Alonso</i>	
39.	<b>A PERCEÇÃO DO GOLPE NO BRASIL PELA MÍDIA ALEMÃ</b> .....	246
	<i>Helga Dressel</i>	
40.	<b>AS CAUSAS ESTRUTURAIS DO GOLPE DE 2016: ÓDIO DE CLASSE, INTERESSES GEOPOLÍTICOS E CRISE POLÍTICA</b> .....	251
	<i>Henrique Paiva Leandro Gavião Carol Proner</i>	
41.	<b>LOS GOBIERNOS DE IZQUIERDA ESTÁN DEBILITADOS, NO AGOTADOS, Y REQUIEREN DE UN PROGRAMA QUE VUELVA A ILUSIONAR</b> .....	267
	<i>Ignacio Ramonet (Entrevista Agencia Andes)</i>	
42.	<b>CARTA ABERTA AO EMBAIXADOR MICHAEL FITZPATRICK REPRESENTANTE DOS EUA NA ORGANIZAÇÃO DOS ESTADOS AMERICANOS (OEA)</b> .....	270
	<i>James N. Green</i>	
43.	<b>IMPEACHMENT É VITÓRIA DE SISTEMA INÍQUO E DE DIREITA CONSERVADORA</b> .....	280
	<i>Joana Mortagua</i>	
44.	<b>DE GOLPE A GOLPE: 1964-2016. O GOLPE NÃO COMEÇOU HOJE E NUNCA FOI CONTRA A CORRUPÇÃO</b> .....	283
	<i>João Ricardo Wanderley Dornelles</i>	
45.	<b>A FLECHA / THE ARROW</b> .....	293
	<i>Johnny Lorenz</i>	
46.	<b>¿POR QUÉ SE TUMBA AL GOBIERNO DEL PT CON UN “GOLPE PARLAMENTARIO”?</b> .....	302
	<i>José A. Zamora</i>	

47.	<b>O TRIBUNAL INTERNACIONAL PELA DEMOCRACIA NO BRASIL</b> .....	306
	<i>José Carlos Moreira da Silva Filho</i>	
48.	<b>BRASIL, ARGENTINA E O CONE SUL</b> .....	312
	<i>José Luíz Fiori</i>	
49.	<b>O BRASIL, OS EUA E O “HEMISFÉRIO OCIDENTAL” (1)</b> .....	315
	<i>José Luíz Fiori</i>	
50.	<b>O BRASIL, OS EUA E O “HEMISFÉRIO OCIDENTAL” (2)</b> .....	318
	<i>José Luíz Fiori</i>	
51.	<b>ESQUERDA SÓ PODE ENCARAR GOVERNO DE TEMER COMO PRODUTO DE UM GOLPE.</b> .....	321
	<i>José Manuel Pureza (opinião)</i>	
52.	<b>UN GOLPE BLANDO... UN GOLPE DE ESTADO AL FIN Y AL CABO.</b> .....	322
	<i>Juan Sebastián Medina Canales</i>	
53.	<b>BRASIL, TRISTE HISTORIA DE OTRO ULTRAJE NEOLIBERAL A LA DEMOCRACIA</b> .....	326
	<i>Julio Peña y Lillo E.</i>	
54.	<b>LA TECNOLOGÍA ES UN PROBLEMA POLÍTICO</b> .....	330
	<i>Leandro Monk</i>	
55.	<b>DOLOR POR BRASIL</b> .....	333
	<i>Leonardo Padura</i>	
56.	<b>DENTRO-FORA-FORA-DENTRO</b> .....	336
	<i>Lígia Chiappini</i>	
57.	<b>MONIZ BANDEIRA DENUNCIA APOIO DOS EUA A GOLPE NO BRASIL</b> .....	340
	<i>Luiz Alberto de Vianna Moniz Bandeira (entrevista)</i>	
58.	<b>MANIFESTO INTELLECTUAIS NORTE-AMERICANOS. A DEMOCRACIA BRASILEIRA ESTÁ SERIAMENTE AMEAÇADA</b> .....	346
	<i>James N. Green</i> <i>Renan Quinalha</i>	
59.	<b>MANIFESTO ZURICH DE INTELLECTUAIS SUIÇOS CONTRA O GOLPE NO BRASIL</b> .....	349
	<i>MBSocial</i>	
60.	<b>PENSANDO EN BRASIL DESDE AMÉRICA LATINA, Y VICEVERSA (VALGA LA REDUNDANCIA)</b> .....	355
	<i>Manuel E. Gándara Carballido</i>	

61.	<b>RESISTENCIA DEMOCRÁTICA FRENTE AL TOTALITARISMO QUE VIENE, BRASIL 2016</b> .....	357
	<i>María José Fariñas Dulce</i>	
62.	<b>DEMOCRACIA BRASILEIRA EM CRISE. HISTÓRICO E ANÁLISE DO GOLPE</b> .....	361
	<i>Maria Luiza Pereira de Alencar Mayer Feitosa</i>	
63.	<b>O SILÊNCIO DEVERIA SER PROIBIDO QUANDO UMA DEMOCRACIA É AMEAÇADA AQUI OU EM OUTRO LUGAR</b> .....	369
	<i>Marilza de Melo Foucher</i>	
64.	<b>O GOLPE DE 2016 NO BRASIL E OS BRICS</b> .....	375
	<i>Martonio Mont'Alverne Barreto Lima</i>	
65.	<b>O GOLPE DE ESTADO DE 2016 NO BRASIL</b> .....	380
	<i>Michael Löwy</i>	
66.	<b>LA COSTITUZIONE COME VITTIMA</b> .....	383
	<i>Michele Carducci</i>	
67.	<b>EL MUNDO NECESITA EQUILIBRIO. NO SOLO DE ECONOMÍA VIVE EL HOMBRE</b> .....	387
	<i>Montserrat Ponsa Tarrés</i>	
68.	<b>DEMOCRACIA BRASILEIRA ESTÁ SOB ATAQUE</b> .....	391
	<i>Naomi Klein (entrevista)</i>	
69.	<b>BRAZIL'S PRESIDENT DILMA ROUSSEFF "IMPEACHED BY A GANG OF THIEVES"</b> .....	397
	<i>Noam Chomsky (on Democracy Now!)</i>	
70.	<b>UM NOVO DISPOSITIVO DE SUGESTÃO: OS MEIOS MASSIVOS DE COLONIZAÇÃO</b> .....	401
	<i>Nora Merlin</i>	
71.	<b>OUR LESSON</b> .....	405
	<i>Oscar Guardiola-Rivera</i>	
72.	<b>DESFILES CONTRA DILMA ROUSSEFF SÃO TAMBÉM A REAÇÃO DE UMA CLASSE MÉDIA ABASTADA CONTRA SUAS POLÍTICAS DE REDISTRIBUIÇÃO</b> .....	411
	<i>Par Collectif. Movimento Democrático 18 de março (MD18)</i>	
73.	<b>PASSO ATRÁS</b> .....	414
	<i>Paulo Sérgio Pinheiro</i>	
74.	<b>BRASIL, DEMOCRACIA E FUTURA CONSTITUCIONAL</b> .....	417
	<i>Pedro Carlos da Silva Bacelar de Vasconcelos</i>	

75.	LA ÓPERA DE LOS MALANDROS .....	421
	<i>Pedro de la Hoz</i>	
76.	MANIFESTO DE POLÍTICOS E INTELLECTUAIS BRITÂNICOS CONTRA O GOLPE NO BRASIL .....	423
	<i>Políticos e Intelectuais Britânicos</i>	
77.	NOTA DO PARTIDO SOCIALDEMOCRATA ALEMÃO PROTESTA CONTRA GOLPE NO BRASIL .....	425
	<i>Partido Socialdemocrata Alemão</i>	
78.	CRÔNICA DE UM GOLPE ANUNCIADO.....	429
	<i>Ricardo Franco Pinto</i>	
79.	TRIBUNAL INTERNACIONAL SENTENCIA QUE <i>IMPEACHMENT</i> DE DILMA É GOLPE DE ESTADO.....	434
	<i>Ricardo Lodi Ribeiro</i>	
80.	<i>IMPEACHMENT</i> , GOLPE DE ESTADO E DITADURA DE ‘MERCADO’.....	439
	<i>Samuel Pinheiro Guimarães</i>	
81.	MANIFESTO DOS SENADORES FRANCESES CONTRA O GOLPE NO BRASIL ..	444
	<i>Senadores Franceses</i>	
82.	A CRISE E AS CLASSES.....	448
	<i>Sérgio Costa</i>	
83.	O GOLPE BRASILEIRO VISTO DE LONDRES .....	455
	<i>Sue Branford</i> <i>Hilary Wainwright</i>	
84.	O PROCESSO DE <i>IMPEACHMENT</i> DE DILMA E O PAPEL (NÃO) EXERCIDO PELO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL COMO GUARDIÃO DA CONSTITUIÇÃO.....	462
	<i>Tânia Maria S. de Oliveira</i>	
85.	MORO E CARPENTIER DENTRO DA DEMOCRACIA .....	466
	<i>Tarso Genro</i>	
86.	REPERCUSSÕES INTERNACIONAIS DO GOLPE DE 2016 NO BRASIL.....	469
	<i>Tatyana Scheila Friedrich</i>	
87.	MANIFESTO IN DEFENSE OF THE DEMOCRATIC RULE OF LAW IN BRAZIL ..	472
	<i>Yara Frateschi</i> <i>Miriam Madureira (organizadoras)</i>	



# APRESENTAÇÃO

---

Carol Proner

“Por que foi que cegamos, Não sei, talvez um dia se chegue a conhecer a razão, Queres que te diga o que penso, Diz, Penso que não cegamos, penso que estamos cegos, Cegos que vêem, Cegos que, vendo, não vêem.”

José Saramago, em *Ensaio sobre a cegueira*.

O Brasil de 2016 tateia no escuro uma etapa dramática de sua história. Acaba de ser consolidado um crime meticulosamente tramado por parte de suas elites e que produziu uma ruptura irreversível na jovem democracia sob aparência de constitucionalidade.

Todos sabem que foi Golpe. A palavra, incômoda, o é porque expõe os responsáveis e os cúmplices. Assim como é constrangedor para os criminosos o lugar de vítima encarnado por Dilma Rousseff que até o último momento **não aceitou fazer qualquer tipo de acordo para indultar o golpismo, nem mesmo quando aconselhada por assessores “realistas”**.

Os usurpadores tomam o poder e nosso papel, dos intelectuais, da academia, é não deixar naturalizar as narrativas justificadoras para o cometimento do mais explícito atentado contra a soberania popular já produzido no país. O Golpe de 2016 produzirá consequências incalculáveis para a sociedade brasileira, para o projeto de estado autônomo e soberano, para os recursos naturais e o futuro da nação brasileira. E mais uma vez estaremos do lado certo da história, contestando os abusos e resistindo aos retrocessos.

Com a presente coletânea completamos a série de três obras dedicadas a denunciar e resistir ao Golpe de 2016, um projeto idealizado por Wilson Ramos Filho, pelo Instituto Declatra, realizado com outros colaboradores entre os quais o Instituto de Direitos Humanos Joaquín Herrera Flores e publicados pela Editora Praxis.



A primeira da série, lançada em junho e organizada no calor dos acontecimentos processuais do *impeachment*, teve como título ***A Resistência ao Golpe de 2016***, livro inaugural de denúncia, escrito por 105 autores entre juristas, economistas, artistas e que cumpriu um importante papel interpretativo e difusor da narrativa segundo a qual Sim, vivemos um Golpe, inédito, novidadeiro, branco, parlamentar, possibilitado por uma articulação corrupta midiaticizada e com o beneplácito da elite empresarial, de setores do Poder Judiciário e do Ministério Público para assaltar o poder sem disputar eleições.

A segunda coletânea, lançado no mês seguinte, ***A Classe Trabalhadora e a Resistência Internacional ao Golpe de 2016***, reuniu igualmente mais de 100 autores, especialmente juristas ligados ao mundo do trabalho, que traduziram o Golpe na faceta social de retrocessos iminentes, de liquidação do projeto de estado social inclusivo e o desmonte das conquistas dos últimos 30 anos, bem como relembrou a histórica capacidade de mobilização da classe trabalhadora para resistir e lutar.

A presente coletânea, ***Resistência Internacional ao Golpe de 2016***, teve como objetivo principal recolher as impressões sobre o processo vivido no Brasil a partir do olhar estrangeiro, da mirada distanciada dos intelectuais, juristas, jornalistas, escritores, parlamentares de outros países que, irmanados por uma preocupação comum – a preservação da democracia como valor estrutural de uma sociedade – e com a devida distância geográfica foram capazes de denunciar “aquilo que não se quis ver”.

Em organização colegiada de cinco mulheres, reunimos textos que registram as iniciativas da sociedade civil e de parlamentares para resistir ao Golpe fazendo uso de instrumentos de denúncia interna e internacional, como a sentença do *Tribunal Internacional pela Democracia no Brasil* (realizado em julho/2016, na cidade do Rio de Janeiro), cópia da *Representação Perante a Comissão Interamericana de Direitos Humanos* (CIDH), cópia do documento *Defesa Jurídica e Política Contra o Golpe no Brasil*, assinado pelo advogado da Presidenta Dilma, José Eduardo Cardozo, bem como a *Mensagem da Presidenta da República Dilma Rousseff ao Senado Federal e ao Povo Brasileiro*, divulgada antes do julgamento do *impeachment*.

Também compilamos textos militantes (alguns já publicados em blogs), entrevistas, manifestos, opiniões e artigos de uma centena de autores e personalidades dedicados a revelar e refletir sobre uma espécie inédita de “golpe branco” praticada no Brasil, que se destaca acintosamente pela inidoneidade de um Congresso engolfado em processos de corrupção. Se no golpe paraguaio o destaque escandaloso foi o processo relâmpago de 24 horas que expurgou Lugo do mandato constitucional e se no caso hondurenho o destaque foi a expulsão a fórceps do mandatário em pijamas, no caso brasileiro o “Fator Cunha”, o “Fator Temer” e “um Congresso corrupto” causaram

perplexidade da comunidade internacional que reagiu fortemente em Manifestos e escritos de apoio ao mandato e à democracia. O aspecto ético foi definitivo para motivar internacionalmente a enxurrada de denúncias pela injustiça cometida contra Dilma Rousseff, reconhecida como mulher honesta e íntegra.

Mesmo a imprensa conservadora, como é o caso da revista inglesa *The Economist*, apontou o vexame internacional do *impeachment* aprovado na fase da Câmara dos Deputados no pesaroso 17 de abril, entendendo que os delitos fiscais atribuídos a Dilma eram muito menores que os de seus algozes e que, como tal, não constituíam “crime de responsabilidade”.

A complexidade do “golpe branco” no Brasil é imensa e demanda coragem aos que o denunciemos, pois que já se revelam diversos “golpes dentro do golpe” numa espécie de caça às bruxas de tipo constitucional e regulamentar promovidos pelas mesmas instituições que asseguram o processo maior. Há o poder judiciário atuando com um ativismo jamais visto, há o Supremo Tribunal Federal que, se eximindo de responsabilidade quanto ao momento político, limita-se ao exame legalista das matérias que lhe são atribuídas, há também a pronúncia de alguns ministros da suprema corte que, enfáticos, afirmam a constitucionalidade do processo de *impeachment*, há o ministério público com setores persecutórios enraivecidos ideologicamente, há a polícia federal mais autônoma que em qualquer outro momento da história (mérito do Governo Dilma) e que serve de engrenagem persecutória, há a grotesca manifestação do legislativo oportunista que vive o momento como se fossem novas eleições e há, por fim, o mais importante, o processo brasileiro também contém um ingrediente indispensável: a mídia golpista trabalhando diuturnamente para que chegue a bom termo da forma como seja a investidura de candidato ligado aos interesses do grande capital.

Fazemos parte de uma academia que não se eximiu do dever histórico de tomar posição diante das injustiças. Em tempos de cegueira voluntária dos que detêm o poder, o resultado do golpismo só foi e seguirá sendo possível porque mantém o povo e as ruas verdadeiramente cegos, controlados ou distantes. Esperemos que esta coletânea e os diversos livros que surgem simultaneamente para denunciar o Golpe possam servir para o contrário, para fazer ver, revelar e armar as lutas que virão adiante.



## INTRODUÇÃO

# O TEMPO DE DILMA ROUSSEFF: A RAZÃO POR QUE RESISTIMOS

---

Katarina Peixoto<sup>1</sup>

A história é a luta pelo passado. Essa *boutade* é mais fecunda que intuitiva, pois quer dizer, entre outras coisas, que história é uma experiência sobre o presente e sempre sobre o presente, e que é por meio dessa experiência e do embate normativo que a embala que poderemos dispor dos marcos para identificar o passado. E nada dessas coisas é fácil de ver, num contexto de luta cotidiana e exaustiva, em que o Brasil foi jogado nos últimos dois anos, mesmo para democratas que não se apequenaram nem cederam à avalanche golpista que se espalha e dissemina destruição e medo pelo país. Como a leitora e o leitor poderão acompanhar, ao longo deste livro, o que consta nessas entrevistas, manifestos, sentença do Tribunal Internacional, ensaios, artigos e poema, é aquilo que Amartya Sen chama de “fundamentação plural” da denúncia de uma flagrante injustiça: a deposição ilegal de Dilma Rousseff. Há várias linhas de abordagem do que se passa no Brasil, hoje, voltadas a diagnosticar e evidenciar a destruição voraz em curso, e também com vistas a apontar caminhos de refazimento da vida dos direitos sob uma ordem constitucional.

Em todos e em cada um dos documentos aqui registrados, consta o compromisso com a temporalidade e a experiência encarnadas na figura de Dilma Rousseff. Estadista de envergadura incomum na história brasileira, primeira mulher eleita e reeleita presidenta, formada na luta armada contra a última ditadura, economista, herdeira do trabalhismo e do legado, como gosta de dizer, de enxergar a ideia de estado nacional, de Getúlio Vargas. Dilma Rousseff responde por todas e cada uma das iniciativas inspiradoras da grande transformação brasileira, dos últimos 13 anos. Responde pelos programas anticíclicos, pelas políticas de reconhecimento e ampliação do escopo dos direitos, e responde pelo fortalecimento e consolidação de uma certa estabilidade

---

1 Doutora e Mestre em filosofia pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS e uma das organizadoras desta coletânea.

institucional hoje violada. Impoluta e não messiânica, Dilma causou e causa desconcertos em todas as forças políticas do país e a sua tenacidade segue interpelando os golpistas e incomodando os arautos de uma perseguição sem precedentes, contra si. Na guerra política em que o país foi mergulhado, a figura da mulher jamais ocupou tamanha centralidade. De despreparada a louca, de furiosa a comunista, passando, é claro, pela acusação demencial de ter cometido algum mal feito.

A todas e a cada uma dessas vilanias, Dilma respondeu e segue respondendo com altivez, republicanismo e caráter. Dilma tem um ethos raro, de quem se entregou a uma luta maior que si: é virtuosa e, ao mesmo tempo, mergulhada na história. Assim é que, desde o início dos procedimentos golpistas, dedicou-se a uma espécie de pedagogia da resistência: em cada fala, denuncia ponto a ponto a inconsistência e eventualmente o caráter absurdo das acusações. Repete ponto por ponto, desfaz qualquer hipótese de consistência nas acusações falaciosas que compõem o enredo macabro do “crime de responsabilidade”, que não há nem nunca houve. E segue defendendo a democracia, o sufrágio, as políticas de estado voltadas à realização da ideia de estado nacional, democrático, solidário, soberano. Dizer que Dilma Rousseff é inocente é justo, mas insuficiente. Dilma é de tal maneira virtuosa, que age com a clareza que poucos têm, em meio à gigantesca instabilidade em que fomos todos jogados. Mantém o tom de sobriedade que parece estranho, até, quando não frágil.

Não nos enganemos com essa figuração, no mais das vezes, contaminada de mi-soginia, estranhamento e desconcerto frente a quem reconhece a república como fim em si. As oligarquias golpistas terão sobre si, para a história, a mancha de conspurcarem, de novo, contra o que Dilma significa e é. Essas coisas existem numa temporalidade que não está nos jornais e nas televisões oligopólicas, nem no jogo eleitoral espetacularizado. Estão na história, nesse tempo em que a razão se realiza. Esse tempo e essa figuração constituem e constituíram a razão por que resistimos.

Um dos maiores méritos desta coletânea consiste em contemplar, tanto em declarações distantes, como em testemunhos carregados de afetividade, o compromisso com a democracia no presente. Esse compromisso tem uma natureza moral e política sem fronteiras, e o olhar distante carrega consigo uma possibilidade de clareza muitas vezes para nós interdita, em meio à instabilidade em que fomos jogados. E há também o elo afetivo, sentimental e biográfico dos brasileiros desterrados e dos estrangeiros que acompanham e resistem à destruição da ordem constitucional brasileira e se solidarizam com a resistência. Com a força da solidariedade, do compromisso intelectual e da generosidade que constituem os valores da democracia, a nossa democracia, jovem e hoje crepuscular, será acolhida na resistência e sobreviverá ao desastre que se anuncia. Não é de pouca monta documentar o que estamos vivendo e tampouco é comum.

Esta é a terceira parte de uma trilogia de coletâneas que documentam com raro rigor e compromisso, aliados, o estado da destruição em curso no Brasil. O golpe contra a expansão do direito e das oportunidades conquistados após anos de resistência a uma ditadura torna-se cada dia mais nítido e, ao mesmo tempo, despidorado. Vencemos a batalha semântica sobre o golpe e os usurpadores contribuíram de maneira inaudita para este esclarecimento: o país hoje é governado por uma força usurpadora de ocupação que não foi eleita, que pretende realizar uma agenda reiteradas vezes rejeitada nas urnas e que é inelegível, dadas as decisões já transitadas em julgado, a respeito da elegibilidade de parte dos senhores golpistas dirigentes do golpe. Eles pretendem governar como não houvesse amanhã, porque sabem que eles não têm amanhã. Estão, portanto, prontos para liquidarem com o passado e com as condições de possibilidade da luta sobre o passado.

Para nós, que organizamos este livro e para muitos dos autores, nada parecido se viu ou viveu, no Brasil, em nossas vidas. Mas para muitos dos que estão conosco, na Resistência Internacional, esta é a história de uma variação sobre um tema perseverante, uma espécie de repetição. Como toda repetição, tem suas peculiaridades e similaridades e estas compõem na pluralidade de abordagens aqui representadas. Há elementos repetitivos como a queda nos preços das commodities. A especulação característica da crise do petróleo dos anos 70 do século passado ganhou uma nova roupagem: mais bélica, mais claramente política e intrinsecamente operadora do ataque às democracias fragilizadas economicamente da América Latina. A análise sobre o que se passa contra o Brasil e a Venezuela hoje não faz nem fará qualquer sentido se retirarmos o petróleo, sobretudo as reservas futuras e a tecnologia do Pré-Sal, de seu diagnóstico. Também vivemos, nos EUA, na Europa e no Oriente Médio, um quadro de tensão, instabilidade crescente e de avanço de forças autoritárias e obscurantistas cujos precedentes menos remotos também estão em fins dos anos 70. A grande diferença talvez resida na simultaneidade e na dinâmica interna das comunicações e da consolidação de dispositivos democráticos e intelectuais, disponíveis hoje de maneira incomparável aos processos de fechamento passados.

Não será tampouco esclarecido o escopo do atual golpe sem um olhar atento para a debilidade da nossa democracia. Esta fragilidade se tornou evidente diante de dois grandes mercados dominantes e sem o menor controle democrático, de maneira que seguem desregulados, como fossem verdadeiros mercados-sombra. Vem daí o maior ataque a nossa democracia. Trata-se de dois mercados cuja regulamentação segue adiada e menosprezada, inclusive pelas forças de esquerda, até há pouco cúmplices ou reféns das chantagens produzidas pelo jogo deles característico: o financiamento eleitoral e o mercado de informações. Segundo os dados do Tribunal Superior Eleitoral, a

eleição presidencial de 2014, da qual Dilma Rousseff saiu vitoriosa e reeleita com mais de 54 milhões de votos ora anulados pelo golpe, custou mais de 500 milhões de reais declarados. Este é um valor que parece revelar um grande desafio para a democracia brasileira: em primeiro lugar, é preciso questionar se há e por que há e haveria a necessidade de uma campanha eleitoral com custo tão elevado. Em segundo, se este custo não deriva da fragilidade da consciência democrática e da ausência de uma cultura de disputa aberta por interesses e poder. Em terceiro lugar, cabe interrogarmos por que os governos democráticos que obtiveram, e quando obtiveram, maiorias parlamentares, não se dedicaram a regulamentar e a disciplinar (oferecer um teto de gastos de campanha, por exemplo), quando tiveram força para fazê-lo.

Há outras questões, é certo, mas estas dariam início a uma discussão democrática. O segundo mercado-sombra é o da informação, isto é, da mídia. No Brasil, não há, rigorosamente, mercado de informações. Há um peculiar e pré-moderno sistema oligárquico-familiar, que veicula e advoga um ideário a um só tempo escravocrata e ultraliberal, e que se constituiu no rastro da última ditadura, como é o caso da Rede Globo e da Rede Brasil Sul, paradigmaticamente. São sete famílias que comandam as pautas, que igualam manchetes, que detêm televisões, jornais, rádios e agências de notícias que não respondem a ninguém, que mal tributam (quando não sonegam) e que constituíram um véu de ignorância e ódio racista contra o que é democrático, popular e institucional.

Esses dois mercados-sombra são denunciados, analisados, diagnosticados e comentados nos textos desta coletânea. E a sua consideração atravessa as análises de sobreviventes da última ditadura, professores universitários, pesquisadores de renome, brasilianistas, juristas, publicistas e políticos portadores de um olhar externo sobre o estado das artes sombrias que ameaçam a nossa democracia. Esses mercados sombra permitiram que os valores da democracia sempre fossem depreciados e mesmo ridicularizados e que os valores do ultra individualismo e do ultra liberalismo financeiro fossem tomados como medida do que o Brasil merece. Esses valores, finalmente, penetraram de tal maneira as externalidades da vida intelectual de burocratas e jusnaturalistas investidos de funções legais, que passaram a circular livremente, como detivessem autonomia e pudessem vigorar a despeito de nossa ordem constitucional. E assim o país assiste a um ataque sem precedentes não apenas ao que é democrático e legítimo historicamente, como à ideia elementar de república, às prerrogativas das separações de poderes, ao artigo quinto da constituição.

Assim é que a atual força de ocupação usurpadora do Brasil evidencia que as oligarquias do país abdicaram do processo eleitoral e anularam o sufrágio como critério último de legitimação. A sua agenda, para se realizar, depende da regressão de nossa

democracia a níveis sem precedentes ao menos há quatro gerações. E a reinstalação do Gabinete de Segurança Institucional, o *soi disant* Plano Nacional de Inteligência, bem como a figuração da força de ocupação do ministério da justiça do golpe, apontam para a repressão instalada e coordenada, nacionalmente, a partir do palácio do planalto e do executivo federal. Destruíram o processo penal, arregimentaram direito material para a lide processual e invadiram, ilegitimamente, as esferas de exercício e controle da vida institucional do país.

É por isso que documentar a razão por que resistimos tem um sentido histórico. Nos dias que antecedem à consumação do golpe em curso, que o dão como irreversível, cabe-nos lembrar, nesta oportunidade, da razão por que temos razão em resistir. O Brasil ameaçado pelo atual golpe é um país que exterminou a fome endêmica e promoveu a maior ascensão social da história da humanidade no intervalo de tempo em que o fez. É o país que retirou da miséria e da pobreza o equivalente à população da França, num intervalo de 10 anos, talvez menos. E o fez ampliando investimentos em pesquisa, em políticas de cultura, em aumento significativo de vagas nas universidades, em ampliação dos campi universitários, em oferta de cursos técnicos e no maior programa de habitação popular da história do país. É o país que reconheceu o racismo e incluiu políticas de enfrentamento e combate ao racismo no seu arcabouço republicano. E é o país que, apesar de seu machismo atroz, repulsivo e ecumênico, em todas as forças políticas, elegeu e reelegeu uma mulher, para o mais alto cargo da república, ora ameaçada.

Trata-se de um país continental que é muito mais rico, desenvolvido, dinâmico, letrado, com mais doutores, mais médicos, mais alfabetizados e mais organizados, politicamente, do que o país golpeado pela última ditadura. Somos mais ricos, temos mais ativos, mais autoconsciência e organização política e popular do que tínhamos em 1964. Ao contrário do que se passou, então, não contamos com uma promessa de país, somente. Contamos com uma experiência de transformação, sem precedentes, na história deste país tão injusto com os seus desvalidos.

Chegará o tempo em que a luta por este passado será vencida por nós, os irredentos e resistentes, representados nesta coletânea e na trilogia de coletâneas. Chegará o tempo em que a medida da mudança, segundo o antes e o depois, como nos lembra Aristóteles, ficará clara. Aí, então, chegará o tempo de Dilma Rousseff, na história da reconquista da democracia, o princípio e o fim que nos move. Até lá, e nesse caminho, seguiremos do lado certo da história, como ela, Dilma, não para de nos dizer. Uma boa leitura.